

Auxílio ao dependente deve piorar

Se, hoje, o apoio oferecido pelo Poder Público do DF ao dependente de drogas é quase inexistente, a situação pode ficar ainda pior ao longo do ano. Aqui, o único programa público de atendimento exclusivo ao viciado em drogas é realizado pelo Núcleo Psico-Social de auxílio ao dependente de drogas, mantido pelo próprio Judiciário. Mas uma mudança interna da Justiça pode colocar em xeque o funcionamento do serviço, ao retirar das quatro Varas de Entorpecentes a competência para julgar presos por porte e consumo de drogas.

Esses casos serão pulverizados entre diversos Juizados Especiais Criminais, que acumularão não só os crimes de uso de entorpecentes, mas todos os de menor potencial ofensivo. Inclua-se aí brigas matrimoniais, pequenos furtos, constrangimentos e todo tipo de pequenas infrações com as quais o mesmo juiz terá de dividir a atenção, numa rotina que promete dar pouco tempo ao julgador para refletir sobre os casos.

Na opinião de Luís Gustavo Barbosa de Oliveira, juiz da Terceira Vara de Entorpecentes e Contravenções Penais, o magistrado não terá tempo para conduzir um trabalho paralelo contra a droga e, muito menos, para analisar que casos deveriam ser priorizados para atendimento no Nú-



CULTIVO Clínicas utilizam técnicas alternativas de tratamento

cleo – que não tem capacidade para receber todos os viciados que chegam à Justiça e que querem ser tratados.

– Os próprios juizados especiais têm receio em lidar com esses crimes, porque fica difícil realizar um acompanhamento com os processos dispersos. São muitas modalidades de crime sob uma mesma alçada – diz Oliveira, ressaltando que só uma lei federal poderia mudar a situação.

O promotor José Teodoro Carvalho, da 7ª Promotoria de Entorpecentes, concorda com a preocupação do juiz. Para ele, é um erro retirar de unidades especializadas o julgamento dos processos por uso de drogas. Mas haveria um modo de o próprio tribunal diminuir o impacto da resolução, se transformasse

uma das quatro Varas de Entorpecentes do DF em Juizado Criminal Especializado.

– Já encaminhamos uma sugestão ao TJ de que faça essa alteração. Os casos de uso de droga irão sobrecarregar os juizados criminais – argumenta o promotor.

Eventualmente, junto com a prestação de serviço comunitário, o tratamento oferecido pelo Núcleo Psico-Social acaba entrando como condição para que o réu não seja preso. Mas a estrutura é improvisada – dentro do próprio tribunal – e não permite aos psicólogos manter um acompanhamento próximo e prolongado do dependente, mesmo nos casos em que percebem chance real de reabilitação. Isso, claro, sem contar a ausência de atendimento ambulatorial, que, hoje, só é oferecido ao viciado pelo Posto de Saúde nº 11, de Ceilândia. (GI)

Mudança na Justiça local pode prejudicar assistência ao usuário